



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

EDITAL DO LIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DAS ATIVIDADES NOTORIAS E/OU REGISTRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

101 – ADMISSÃO PROVA A

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um Caderno de Questões contendo **60 (sessenta) questões** objetivas de múltipla escolha.
 - Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Verifique se o tipo de prova que consta na capa coincide com o tipo indicado no rodapé de todas as páginas posteriores. Em seguida, **assinale na Folha de Respostas a LETRA A**, correspondente ao tipo de prova.
- A totalidade das Provas terá a duração de **3 (três) horas e 30 (trinta) minutos**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Após o período de **2 (duas) horas** de permanência na sala de aula, o candidato, ao terminar a sua prova, poderá levar o Caderno de Questões, deixando com o fiscal de sala a sua Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- Após o término da prova, ao sair da sala de prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de realização das provas, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não poderá utilizar os sanitários.

ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- Não se esqueça de assinalar, na FOLHA DE RESPOSTAS, a letra correspondente ao seu tipo de prova: **LETRA A**, conforme modelo abaixo:

PROVA A PROVA B PROVA C

- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:

- Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

08/2012

Espaço reservado para anotação das respostas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

101 – ADMISSÃO
PROVA A



CONCURSOS PÚBLICOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **22 de agosto de 2012**.

REGISTROS PÚBLICOS

1. Em relação ao parcelamento de solo urbano, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser feito exclusivamente por loteamento.
- (B) Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão ou de urbanização específica, assim definidas pelo Plano Diretor ou aprovadas por lei municipal.
- (C) O loteador poderá fundamentar qualquer ação ou defesa, com base na lei de regência do parcelamento do solo urbano, sem apresentação dos registros a que ela se refere.
- (D) Os loteadores que já tenham vendido todos os lotes não são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.
- (E) Não caracteriza irregularidade vender ou prometer vender parcela de loteamento não registrado.

2. Sobre incorporação imobiliária, é **incorreto** afirmar que

- (A) o incorporador não poderá fixar, para efetivação da incorporação, prazo de carência, dentro do qual lhe é lícito desistir do empreendimento.
- (B) o oficial do registro de imóveis responde civil e criminalmente caso efetue o arquivamento de documentação contraveniente à lei ou der certidão sem o arquivamento de todos os documentos exigidos.
- (C) a existência de ônus fiscais ou reais, salvo os impeditivos de alienação, não impedem o registro, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos extraídos do registro, a existência e a extensão dos ônus.
- (D) o registro da incorporação será válido pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, findo o qual, se ela ainda não se houver concretizado, o incorporador só poderá negociar unidades depois de atualizar a documentação legal, revalidando o registro por igual prazo.
- (E) após a concessão do “habite-se” pela autoridade administrativa, o incorporador deverá requerer a averbação da construção das edificações, para efeito de individualização e discriminação das unidades, respondendo perante os adquirentes pelas perdas e danos que resultem da demora no cumprimento dessa obrigação.

3. Em relação à aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
 - () Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.
 - () As pessoas jurídicas estrangeiras só poderão adquirir imóveis rurais destinados à implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais, ou de colonização, vinculados aos seus objetivos estatutários.
- (A) V/ V/ F
 - (B) V/ F/ F
 - (C) F/ F/ V
 - (D) V/ V/ V
 - (E) F/ F/ F

4. Em relação ao ingresso na atividade notarial ou de registro, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros requisitos, de registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
 - () A Legislação Federal disporá sobre as normas e critérios para o concurso de remoção.
 - () Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de um ano.
- (A) V/ V/ F
 - (B) V/ F/ F
 - (C) F/ F/ V
 - (D) V/ V/ V
 - (E) F/ F/ F

5. No registro civil das pessoas naturais, **não** serão registrado(a)s nem averbado(a)s

- (A) as convenções antenupciais.
- (B) os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concedidos anteriormente.
- (C) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento.
- (D) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem.
- (E) as opções de nacionalidade.

6. Sobre a publicidade dos Registros Públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas certidões de registro civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, mesmo diante de requerimento do próprio interessado.
- (B) As certidões podem ser requeridas por qualquer pessoa, desde que informem ao oficial o motivo ou o interesse do pedido.
- (C) As certidões podem ser lavradas em inteiro teor, em resumo ou em relatório.
- (D) As certidões de nascimento mencionarão obrigatoriamente a data em que foi feito o assento, a data do nascimento, o lugar onde ocorreu o nascimento e a forma como se deu o parto.
- (E) As certidões extraídas deverão ser fornecidas em papel ou eletronicamente, a critério do solicitante.

7. Sobre o registro de imóveis, é correto afirmar que

- (A) a matrícula do imóvel promovida pelo titular do domínio direto não aproveita ao titular de domínio útil, e vice-versa.
- (B) se a apresentação para registro tiver sido feita antes do termo legal da falência, não serão nulos os registros, ainda que realizados após a sentença de abertura de falência.
- (C) as nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, e sempre dependentes de ação direta, serão invalidadas.
- (D) o registro da penhora não é suficiente para fazer prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.
- (E) o registro do penhor rural depende do consentimento do credor hipotecário.

8. Sobre o registro de imóveis, analise as assertivas abaixo.

- I. Nos termos legais, "registro" é uma designação genérica que engloba a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis.
- II. O desmembramento territorial posterior ao registro exige sua repetição no novo cartório.
- III. Os atos relativos às vias férreas serão registrados no cartório correspondente à estação final da respectiva linha.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

9. A doutrina constitucional descreve uma maneira de exercício do poder constituinte que se dá de forma permanente e por mecanismos informais, o que ocorre, por exemplo, com a interpretação das normas constitucionais. Essa modalidade de poder constituinte pode ser chamada de

- (A) Poder Constituinte Originário.
- (B) Poder Constituinte Concentrado.
- (C) Poder Constituinte Hermenêutico.
- (D) Poder Constituinte Difuso.
- (E) Poder Constituinte Integrador.

10. Acerca da ordem econômica financeira, analise as assertivas abaixo.

- I. Uma das formas de atuação direta do Estado no domínio econômico ocorre quando a alíquota do IPI é alterada para fomentar determinada indústria.
- II. A expressão Ordem Econômica não pode ser considerada sinônima de Constituição Econômica.
- III. Uma das formas de atuação indireta do Estado no domínio econômico ocorre quando ele próprio vem a desenvolver qualquer atividade econômica, por intermédio, por exemplo, de uma sociedade de economia mista.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

11. Em relação às políticas de proteção ao meio ambiente, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental para os alunos do ensino básico, sendo facultativo para os outros níveis de ensino, nos termos da Lei.
- () Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica previamente apresentada ao órgão público competente.
- () O estudo prévio de impacto ambiental é regularmente sigiloso.

- (A) V/ V/ V
- (B) V/ F/ F
- (C) V/ F/ V
- (D) F/ V/ V
- (E) F/ F/ F

12. É da competência exclusiva do Congresso Nacional
- (A) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - (B) eleger membros do Conselho da República.
 - (C) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 (dois mil e quinhentos) hectares.
 - (D) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
 - (E) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

13. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros, sendo precisamente um
- (A) juiz estadual, indicado pelo Tribunal de Justiça correspondente.
 - (B) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (C) juiz do Tribunal Regional Federal, indicado pelo próprio Tribunal.
 - (D) advogado, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados.
 - (E) juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

14. Sobre nacionalidade, é correto afirmar que
- (A) são privativos de brasileiros natos os cargos de Senador.
 - (B) não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, se em decorrência de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
 - (C) a lei ordinária poderá estabelecer distinção de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados, ainda que não previstas as distinções no texto constitucional.
 - (D) os estrangeiros, de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de 15 (quinze) anos, tornam-se automaticamente brasileiros.
 - (E) são privativos de brasileiros natos os cargos de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Em relação à intervenção do Estado na propriedade, analise as assertivas abaixo.
- I. A execução ou promoção da desapropriação para fins de reforma agrária ou para fins de desenvolvimento urbano é de competência exclusiva da União.
 - II. A trestinação ocorre na hipótese de a Administração Pública, após a desapropriação, vir a atribuir outro destino ao bem desapropriado, que não o indicado no decreto expropriatório.
 - III. A desapropriação se restringe aos bens particulares, ou seja, não incide sobre bens públicos, independentemente se pertencem a entidades estatais distintas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

16. A respeito da moralidade na Administração Pública, analise as assertivas abaixo.
- I. Responde nos termos da Lei de Improbidade as pessoas que, mesmo não sendo agentes públicos, induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
 - II. Para os fins de aplicação da Lei de Improbidade, reputa-se agente público todo aquele que exerce, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades da administração direta, indireta ou fundacional, salvo se transitoriamente ou sem remuneração.
 - III. A responsabilidade pela lesão ao patrimônio público não se estende a herdeiros.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17. De acordo com o que dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Rio de Janeiro (CODJERJ), analise as assertivas abaixo.

- I. Os Oficiais de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro são obrigados a averbar, sem ônus para as partes, as mudanças de numeração dos imóveis e de nomenclatura dos logradouros, com base na comunicação que lhes for enviada pelos competentes órgãos administrativos do Estado.
- II. Na comarca da capital, os atos sujeitos ao registro civil das pessoas jurídicas dependerão de distribuição.
- III. Os traslados ou certidões dos instrumentos públicos de procuração com poderes para a alienação de imóveis serão facultativamente autenticados pelo Tabelião.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

18. Sobre o que dispõe o CODJERJ, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Os Tabeliães de Notas poderão ser substituídos por escreventes juramentados na lavratura de atos, contratos e instrumentos realizados nos cartórios, mas não fora dele.
- () Os Tabeliães são litisconsortes necessários para a defesa dos atos por eles praticados e que se pretendam anular.
- () Para o desempenho de seu ofício, os Tabeliães escriturarão os livros obrigatórios exclusivamente, sendo vedada a criação de outros.

- (A) V/ F/ F
- (B) V/ V/ F
- (C) F/ F/ V
- (D) F/ V/ F
- (E) F/ F/ F

19. Assinale a alternativa correta em relação aos atos administrativos.

- (A) São inteiramente revogáveis.
- (B) São irrevogáveis, sempre.
- (C) São revogáveis os atos de efeitos instantâneos.
- (D) São irrevogáveis os atos que geraram direitos subjetivos aos beneficiários.
- (E) São revogáveis os atos vinculados.

20. Sobre a afetação e a desafetação de bem público, é correto afirmar que

- (A) mesmo enquanto afetado, o bem público pode ser livremente alienado.
- (B) o ente público poderá conceder direito real de uso de bem público afetado.
- (C) a competência para afetar ou desafetar um bem é exclusiva da pessoa política proprietária do bem.
- (D) os bens de uso comum do povo não são afetados.
- (E) os bens dominicais também são bens afetados e, portanto, inalienáveis.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Na transmissão de bens imóveis, o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) compete ao Estado

- (A) do domicílio do doador ou do donatário.
- (B) do domicílio do donatário, apenas.
- (C) do domicílio do doador, apenas.
- (D) onde foi processado o inventário.
- (E) da situação do bem ou ao Distrito Federal.

22. Acerca das discussões no STF sobre constitucionalidade no âmbito tributário, analise as assertivas abaixo.

- I. É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis.
- II. É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III. É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

23. Sobre o Imposto de Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI), analise as assertivas abaixo.

- I. Compete aos Municípios instituir o imposto que incidirá sobre todas as transmissões *inter vivos* que envolvam todos os direitos reais sobre imóveis.
- II. O imposto incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- III. É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o Imposto de Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

24. Em relação ao Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), é correto afirmar que

- (A) a simples remessa do carnê para pagamento do IPTU ao endereço do contribuinte configura notificação de lançamento.
- (B) o lançamento é feito por homologação.
- (C) não se admite, como contribuinte, o possuidor do imóvel a qualquer título.
- (D) tem como função preponderante funcionar como forma direta de intervenção do Estado no domínio econômico, ou seja, a extrafiscalidade.
- (E) é inconstitucional a lei do município que reduz o IPTU sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro.

25. Sobre decadência tributária, é correto afirmar que

- (A) o prazo para o ajuizamento da execução fiscal é de natureza decadencial.
- (B) pela decadência, está extinto o direito de lançar.
- (C) o prazo decadencial se inicia da data da constituição definitiva do crédito tributário.
- (D) as normas pertinentes à decadência podem ser veiculadas por leis ordinárias.
- (E) a decadência se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

26. Sobre responsabilidade tributária, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A sucessão é modalidade de sujeição passiva indireta ou responsabilidade por transferência.
- () A responsabilidade por substituição ocorre quando a obrigação tributária já nasce, por previsão legal, diretamente na pessoa de terceiro.
- () É possível uma modalidade de substituição tributária intitulada regressiva, que ocorre mediante o diferimento do tributo.

- (A) V/ F/ V
- (B) V/ V/ F
- (C) F/ F/ V
- (D) V/ V/ V
- (E) F/ F/ F

DIREITO CIVIL

27. É correto afirmar que o registro dos direitos autorais

- (A) é constitutivo do direito de propriedade.
- (B) é meramente declarativo do direito de propriedade.
- (C) deve ser realizado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).
- (D) é obrigatório apenas em casos de exploração econômica dos bens tutelados.
- (E) é necessário para que o criador possa exercer tanto os direitos patrimoniais decorrentes da criação quanto os personalíssimos.

28. Quanto ao contrato de doação, é correto afirmar que

- (A) é anulável a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.
- (B) é anulável a doação quanto à parte que exceder a de que o doador, no momento da liberalidade, poderia dispor em testamento.
- (C) a doação será realizada sempre por escritura pública ou particular, mas nunca verbalmente.
- (D) é possível a renúncia antecipada do direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.
- (E) não prevalece cláusula de reversão em favor de terceiro.

29. Sobre hipoteca, analise as assertivas abaixo.

- I. Pode ser objeto de hipoteca o domínio direto, mas não o domínio útil.
- II. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, desde que em favor de outro credor.
- III. O adquirente do imóvel hipotecado, desde que não se tenha obrigado pessoalmente a pagar as dívidas aos credores hipotecários, poderá exonerar-se da hipoteca, abandonando-lhes o imóvel.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

30. É correto afirmar que é nulo o casamento

- (A) de quem não completou a idade mínima para casar.
- (B) por incompetência da autoridade celebrante.
- (C) realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges.
- (D) do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o seu consentimento.
- (E) contraído por infringência de impedimento.

31. Sobre o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento, é **incorreto** afirmar que

- (A) é ato irrevogável.
- (B) poderá ser feito por escrito particular, a ser arquivado em cartório.
- (C) poderá ser feito por testamento, ainda que incidentalmente manifestado.
- (D) tanto o filho maior quanto o menor não precisam consentir e nem podem impugnar o reconhecimento.
- (E) são ineficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento de filho.

32. É correto afirmar que o testamento,

- (A) quando particular, pode ser escrito em língua estrangeira, contanto que as testemunhas a compreendam.
- (B) quando ordinário, pode ser público, cerrado, particular ou militar.
- (C) quando cerrado, deve obrigatoriamente ser redigido pelo testador.
- (D) quando conjuntivo, é válido e permitido.
- (E) no qual se impõe a cláusula de inalienabilidade aos bens por ato de liberalidade, não implica a impenhorabilidade e incomunicabilidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

33. Sobre os recursos no processo civil, é **incorreto** afirmar que

- (A) quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.
- (B) o recurso adesivo será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- (C) o recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
- (D) a apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo quando interposta de sentença que decidir o processo cautelar.
- (E) a apelação será recebida apenas em seu efeito devolutivo quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

34. Sobre o processo de execução, analise as assertivas abaixo.

- I. É definitiva a execução fundada em título extrajudicial, assim como a execução enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
- II. Ficam sujeitos à execução os bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.
- III. O credor, que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, poderá promover a execução sobre outros bens, mesmo antes de excutida a coisa que se achar em seu poder.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

35. Quanto às ações de divisão e de demarcação de terras particulares, é **incorreto** afirmar que

- (A) cabe a ação de demarcação ao proprietário para obrigar o seu confinante a estrear os respectivos prédios, fixando-se novos limites entre eles ou aviventando-se os já apagados.
- (B) é lícita a cumulação destas ações.
- (C) o autor pode requerer a demarcação com queixa de esbulho ou turbação, mas não pode formular pedido de restituição do terreno invadido.
- (D) qualquer condômino é parte legítima para promover a demarcação do imóvel comum, citando-se os demais como litisconsortes.
- (E) a sentença, que julgar procedente a ação, determinará o traçado da linha demarcanda.

36. É correto afirmar que, nos contratos de locação não residencial, o direito de inerência ao ponto comercial

- (A) decorre exclusivamente do objeto mercantil do contrato.
- (B) permite ao locatário ingressar com a ação renovatória após terminado o prazo e cumpridas as obrigações contratuais.
- (C) exclui a possibilidade de o locador utilizar qualquer uma das exceções de retomada.
- (D) garante aos cessionários (se possível a cessão) da locação a possibilidade de utilização da ação renovatória.
- (E) exclui a possibilidade do locador alegar, na contestação da ação renovatória, possuir proposta de terceiro em melhores condições.

37. Na arbitragem, é correto afirmar que

- (A) se, durante o procedimento arbitral, um árbitro vier a ser substituído, a produção de provas não poderá ser repetida.
- (B) a revelia da parte impedirá que a sentença arbitral seja proferida.
- (C) a produção de provas no procedimento arbitral sempre dependerá do requerimento das partes.
- (D) é nula a sentença arbitral se não decidir todo o litígio submetido à arbitragem.
- (E) a demanda para a decretação de nulidade de sentença arbitral deverá ser proposta no prazo de até 2 (dois) anos após o recebimento da notificação da sentença arbitral ou de seu aditamento.

38. Em se tratando de provas, analise as assertivas abaixo.

- I. Cessa a fé do documento, público ou particular, sendo-lhe declarada judicialmente a falsidade.
- II. Cessa a fé do documento particular quando lhe for contestada a assinatura e enquanto não se lhe comprovar a veracidade.
- III. Incumbe o ônus da prova, quando se tratar de contestação de assinatura, à parte que produziu o documento.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

DIREITO PENAL

39. Em relação à desistência voluntária, analise as assertivas abaixo.

- I. A desistência voluntária se caracteriza quando o agente que pratica a conduta pensa: “posso prosseguir, mas não quero”.
- II. Na desistência voluntária, depois de já praticados todos os atos executórios suficientes para a execução do crime, o agente resolve tomar providências aptas a impedir a produção do resultado.
- III. A desistência voluntária é admitida nos crimes unissubsistentes.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40. Sobre concurso de pessoas, é correto afirmar que

- (A) é inadmissível coautoria em crime culposos.
- (B) na autoria colateral, duas ou mais pessoas intervêm na execução de um crime, buscando o mesmo resultado, sem ignorar a conduta alheia.
- (C) autoria incerta é igual a autoria desconhecida.
- (D) na participação, o partícipe também pratica o núcleo do tipo penal.
- (E) o autor mediato é aquele que realiza indiretamente o núcleo do tipo, valendo-se de pessoa sem culpabilidade ou que age sem dolo ou culpa.

41. Em relação à exclusão da culpabilidade, analise as assertivas abaixo.

- I. O erro de tipo invencível exclui o dolo e a culpa.
- II. O erro de tipo vencível exclui o dolo, mas não a culpa; se o crime admitir a modalidade culposa, o sujeito responderá pela conduta.
- III. No crime putativo por erro de tipo, o sujeito quer praticar o crime, mas erroneamente realiza um ato criminalmente irrelevante.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

42. Em relação às responsabilidades penais e administrativas decorrentes de ações lesivas ao meio ambiente, analise as assertivas abaixo.

- I. Segundo a Lei nº 9.605/98 (Crimes Ambientais), a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- II. O baixo grau de instrução ou escolaridade não representa uma circunstância atenuante de pena, na prática de crimes contra o meio ambiente.
- III. A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

43. A conduta de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja, configura o crime de

- (A) falsidade material de atestado ou certidão.
- (B) falso reconhecimento de firma ou letra.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) falsificação de documento particular.
- (E) falsificação de documento público.

44. É correto afirmar que o ato de lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal,

- (A) é um fato atípico.
- (B) é descrito como contravenção penal, mas não como crime.
- (C) configura crime tipificado no Estatuto do Idoso.
- (D) implica exclusivamente a anulabilidade do ato praticado.
- (E) implica apenas consequências administrativas a quem lavrou o ato notarial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que

- (A) a autoridade policial poderá arquivar autos de inquérito.
- (B) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deve ser cumprida pela autoridade policial.
- (C) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão arquivados na delegacia de polícia até a provocação do interessado.
- (D) a autoridade policial depende de autorização judicial para poder realizar a reprodução simulada dos fatos.
- (E) no relatório do que tiver sido apurado, a autoridade policial poderá indicar testemunhas que não foram inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.

46. Sobre competência no Direito Processual Penal, é correto afirmar que

- (A) a competência será, via de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- (B) nos casos de ação exclusivamente privada, o foro competente será sempre o do lugar da infração.
- (C) não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- (D) ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar os seus ministros nos crimes de responsabilidade.
- (E) quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz que primeiro receber a denúncia.

47. Sobre recursos no processo penal, é **incorreto** afirmar que

- (A) salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- (B) o Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- (C) caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias da sentença que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- (D) caberá recurso de apelação das decisões do Tribunal do Júri quando correr nulidade posterior à pronúncia.
- (E) se o recorrido for o réu, será intimado do prazo para oferecer contrarrazões na pessoa do seu defensor.

48. Sobre as nulidades no processo penal, é correto afirmar que

- (A) a nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.
- (B) a declaração de nulidade independe da ocorrência de prejuízos para a acusação ou para a defesa.
- (C) ocorrerá nulidade por incompetência, mas não por suspeição do juiz.
- (D) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada, mesmo diante da ratificação dos atos processuais.
- (E) é possível arguir nulidade a que tenha dado causa.

49. Sobre prisão preventiva, é correto afirmar que

- (A) não poderá ser decretada de ofício.
- (B) é irrevogável até a sentença.
- (C) a sua decretação não poderá ocorrer se imposta outra medida cautelar ao agente, ainda que não cumprida.
- (D) poderá o juiz substituí-la pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.
- (E) a sua decretação em nada implica motivos de conveniência da instrução criminal.

50. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo(a)

- (A) prevenção.
- (B) domicílio ou residência do réu.
- (C) distribuição.
- (D) ocorrência da infração mais grave.
- (E) ocorrência da última infração.

DIREITO EMPRESARIAL

51. É correto afirmar que o Conselho de Administração

- (A) é obrigatório nas sociedades de economia mista.
- (B) é facultativo nas sociedades de capital autorizado.
- (C) é obrigatório nas sociedades limitadas com mais de 10 (dez) sócios.
- (D) funciona como órgão de representação da sociedade anônima.
- (E) funciona como órgão de deliberação de quaisquer matérias nas sociedades anônimas.

52. Sobre as sociedades, analise as assertivas abaixo.

- I. A incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais, sendo vedados tais procedimentos entre sociedades de tipos diferentes.
- II. A fusão é a operação pela qual duas ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- III. A transformação de sociedade obedecerá aos preceitos que regulam a constituição e o registro do tipo a ser adotado pela sociedade.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

53. É correto afirmar que, no contrato estimatório,

- (A) a coisa consignada não pode ser restituída.
- (B) a coisa consignada não pode ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.
- (C) o consignante pode dispor da coisa mesmo antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituuição.
- (D) o consignatário se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituuição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível.
- (E) o consignante doa bens móveis ao consignatário, que tem a obrigação de vendê-los e prestar contas ao consignante.

54. No que tange ao instituto da Falência e da Recuperação de Empresas, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Na falência, os créditos extraconcursais serão pagos imediatamente após o pagamento de todos os créditos de natureza concursal.
 - () O proprietário de bem arrecadado no processo de falência deverá oportunamente fazer a habilitação do seu crédito.
 - () Dentro do prazo para contestar a falência, o devedor poderá pleitear sua recuperação judicial.
- (A) V/ V/ V
 - (B) V/ F/ F
 - (C) F/ F/ V
 - (D) F/ V/ F
 - (E) F/ F/ F

55. Na recuperação judicial de empresas, é correto afirmar que

- (A) é obrigatória a constituição da Assembleia Geral de Credores.
- (B) estão sujeitos todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.
- (C) o plano de recuperação não poderá envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do devedor.
- (D) o plano de recuperação implica novação dos créditos anteriores ao pedido.
- (E) durante o procedimento de recuperação, o devedor ou seus administradores serão afastados da condução da atividade empresarial.

56. Sobre a Cédula de Produto Rural (CPR), é correto afirmar que

- (A) para cobrança da CPR com liquidação financeira, cabe ação de execução por quantia certa.
- (B) a garantia cedular da obrigação poderá consistir apenas em hipoteca ou penhor.
- (C) pode o emitente de CPR invocar em seu benefício o caso fortuito ou de força maior.
- (D) a CPR, para ter eficácia contra terceiros, independe de inscrição no Cartório de Registro de Imóveis do domicílio do emitente.
- (E) a entrega do produto antes da data prevista na cédula não depende da anuência do credor.

CONHECIMENTOS GERAIS

57. Em relação à História Contemporânea, à História do pós-Segunda Guerra Mundial e ao bloco soviético e sua dissolução, analise as assertivas abaixo.

- I. O movimento conhecido como “Primavera de Praga” foi o primeiro movimento por parte de um Estado-satélite contra o comunismo soviético, desencadeando o processo que culminaria no fim do comunismo no início da década de 1990.
- II. Com o fim do comunismo e a realização das primeiras eleições multipartidárias desde a Segunda Guerra Mundial nos países do ex-Bloco Soviético, ainda que fosse permitida sua candidatura, nenhum representante comunista saiu vencedor.
- III. Países como a República Tcheca (parte da ex-Tchecoslováquia), Polônia e Hungria, outrora integrantes do Pacto de Varsóvia, passaram a integrar a OTAN ao fim da década de 1990.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

58. Um dos pontos discutidos calorosamente no Brasil nos anos mais recentes diz respeito ao trabalho escravo. Abolida do país formalmente, com a Lei Áurea, desde 1888, a prática da exploração de trabalhos forçados ainda persiste nos dias de hoje, assumindo várias formas, algumas delas estrategicamente moldadas para driblar a fiscalização do Estado. A respeito dessa matéria, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Tratando da matéria do trabalho escravo e visando a um tratamento mais severo a essa prática bárbara, a Proposta de Emenda Constitucional nº 438, que visa à ampliação do tratamento do tema no âmbito do Direito Penal, depois de aprovada na Câmara dos Deputados, está na iminência de ser votada no Senado.
- () O Brasil anuiu, de fato, apenas em parte ao Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos) no que tange à proibição dos trabalhos forçados, uma vez que o País adota o Serviço Militar Obrigatório aos jovens a partir dos 18 anos, prática coibida pelo referido tratado, em seu artigo 6º, quando em tempos de paz ou fora da iminência de guerra.
- () Para efeitos do Código Penal Brasileiro, considera-se condição análoga à de escravo aquela em que o trabalhador tem sua liberdade de ir e vir restringida em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

- (A) F/ F/ V
- (B) F/ V/ F
- (C) V/ F/ V
- (D) V/ V/ V
- (E) V/ V/ F

59. Em relação à Certificação Digital, analise as assertivas abaixo.

- I. Os usuários dos Certificados Digitais devem confiar na Autoridade Certificadora.
- II. Os Certificados Digitais não possuem período de validade, podendo ser utilizados por tempo indeterminado.
- III. A Assinatura Digital é uma combinação da chave pública com uma função de resumo (*hash*) do documento a ser assinado.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

60. Em relação à acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida, no que tange às implementações arquitetônicas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Consideram-se acessíveis as edificações que não apresentam qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com autonomia e segurança de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- (B) Na ampliação ou reforma das edificações, os desníveis das áreas de circulação internas ou externas serão transpostos por meio de rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso mais cômodo para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.
- (C) Nas edificações a serem construídas, os sanitários destinados ao uso por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida serão distribuídos na razão de, no mínimo, uma cabine para cada sexo em cada pavimento da edificação, com entrada independente dos sanitários coletivos.
- (D) No caso da instalação de elevadores novos ou da troca dos já existentes, qualquer que seja o número de elevadores da edificação, pelo menos um deles terá cabine que permita acesso e movimentação cômoda de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (E) Junto às botoeiras internas do elevador, deverá estar sinalizado, em Braille, o andar da edificação em que a pessoa se encontra.